



# Câmara Municipal de Ribeirão Preto

## Estado de São Paulo

C.M.F.P.
Res. 29/17
Fl. 53
Rub. Raab

### ATA DA COMISSÃO ESPECIAL DE ESTUDOS REQUERIMENTO Nº 638/2017 – RESOLUÇÃO 29/2017

Aos quatorze dias do mês de setembro de 2017, às 9:00 horas, reuniu-se na Câmara Municipal de Ribeirão Preto, na Sala de Comissões desta Casa de Leis, a **Comissão Especial de Estudos**, constituída pela Resolução nº 29/17, cujo objeto é **Atualizar a Legislação Referente aos Conselhos Municipais no Município de Ribeirão Preto**, sendo Presidente a Vereadora Gláucia Berenice (PSDB) e membros, os Vereadores Fabiano Guimarães (DEM) e João Batista (PP), este último presente a esta reunião. A Presidente iniciou a reunião, cumprimentando e agradecendo a presença de todos, e em especial do Conselho Municipal do Meio Ambiente e o Conselho Municipal de Moradia Popular, pra fazerem suas considerações sobre sua funcionalidade e a necessidade de adequação à legislação desses conselhos. Agradeço ainda a presença do assessor parlamentar Nei, representando o Vereador Maurício Gasparini. Em seguida, passou a palavra ao vereador João Batista para suas considerações iniciais. O vereador diz que a reunião de hoje é muito importante, pois, estão presentes dois conselhos fundamentais para os anseios e necessidades da nossa cidade. Em seguida, a vereadora Gláucia Berenice diz agradece muito ao Secretário Municipal do Meio Ambiente, Otávio Okano, uma grande autoridade na área do meio ambiente e o convida para compor a mesa. A vereadora Gláucia, diz que esta comissão foi criada porque muitos conselhos tem uma legislação antiga e inadequada e não sofreram as alterações necessárias. Diz ainda que já ouviram vários conselhos e hoje ouviremos os conselhos do meio ambiente e da moradia popular, que são políticas públicas de suma importância para o nosso município. Gostaríamos de ouvi-lo, com relação ao que o senhor tem percebido nesse pelo pouco tempo como gestor do conselho, como tem funcionado, se a lei tem estado de acordo com a demanda e com a característica do trabalho, para podermos contribuir em termos da legislação, para colaborar com o trabalho do conselho. O senhor Otavio Okano, cumprimenta a todos os presentes e se manifesta da seguinte forma: Eu entendo que hoje, no mundo moderno, os conselhos devam se deliberativos. Há necessidade de atualização da legislação, porque tem algumas questões que são difíceis de trabalhar. Trabalhei no órgão do Estado por 39 anos. O maior conselho que temos no Estado de São Paulo é o Conselho Estadual do Meio Ambiente e é presidido pelo Secretário do Meio Ambiente e na ausência dele quem toca a reunião é alguém designado por ele, ou um membro da Secretaria, ou uma outra pessoa. Na constituição dos conselhos municipais, temos um vice presidente e na ausência do presidente é ele que toca. Nos conselhos, eu entendo que deva ter um presidente, um secretário executivo e os membros dos conselhos. Acho que não deve ter vice presidente, porque não é um comitê. É um conselho,



# Câmara Municipal de Ribeirão Preto

## Estado de São Paulo

C.M.R.P.
Res. 29/17
Fl. 36
Rub. Roch

definido por lei. Vários conselhos funcionam dessa forma. O presidente do conselho não tem voto no conselho, com exceção do voto de minerva. Se um vice presidente preside uma reunião ele tem direito a voto. Sou da opinião que deva ser alterada essa questão da composição. Entendo também que deva haver uma rotatividade dos membros da sociedade civil. Desde que me conheço por gente, tem ONG's que estão no conselho, não mudam de opinião ao longo do tempo, com a evolução, com a modernização, com os estudos que são feitos. Eles se apegam a estudos de anos atrás e tomam a discussão inócua. Assim estaremos dando oportunidade para outros representantes. Deve haver uma rotatividade pelo menos a cada 2 anos. No CONSEMA existe um rodizio das ONG. Tem representante da sociedade civil, do Ministério Público, das Universidades, mas temos que ter um revezamento que atenda aos anseios de vários segmentos. Diz a vereadora Gláucia que a Lei que criou o conselho é de 1993. Em sua constituição, no inciso VII, estabelece a previsão de participação de uma gama de possibilidades de representação dentro do conselho. Precisamos pensar em termos de edital e de visibilidade ao processo eleitoral, pois, a sociedade não sabe do processo eleitoral. Diz o senhor Okano, que entende que se estabelecesse um prazo de 2 anos para participação, haveria uma representatividade, ou seja, se alteraria a composição do conselho. Não é bom que fique muitos anos uma pessoa. Faço uma pergunta: Será que os moradores da Zona Leste estão opinando sobre os problemas que lá acontecem? Sobre o aquífero guarani? A expansão que está tendo na zona norte, está acontecendo sem ouvir a sociedade. A população tem que ter um canal. Precisamos fazer um chamamento público porque é muito importante a participação da sociedade civil nos conselhos. Diz a vereadora Gláucia que alguns conselhos tem a possibilidade de recondução e precisamos socializar mais. Existe também em alguns conselhos, a participação de grupos temáticos, onde os interessados podem participar das discussões mesmo não sendo membro do conselho. Diz o Dr. Okano que concorda plenamente, pois é muito bom que sejam convidados pessoas interessadas para participar das discussões e contribuir. É importante que se dê segurança jurídica às decisões. Acho lamentável que representantes das universidades não participem destas discussões. Será que eles sabem da existência dos conselhos? Será que eles são convidados para participar? Diz a vereadora Gláucia, que no conselho que ela foi presidente, os conselheiros das universidades não participavam, mesmo tendo assento. Pergunta ainda a Vereadora Gláucia, . O presidente do conselho sempre será o secretário do Meio Ambiente, assim como, o presidente do conselho da moradia popular, será o presidente da Cohab. O Sr. entende que isso poderia tolher a participação popular? Responde o Sr. Secretário Okano que entende que não, porque o presidente tem que acatar a decisão do conselho e encaminhá-las a administração. Cabe ao executivo acatar ou não a decisão do conselho. Todos os grandes



# Câmara Municipal de Ribeirão Preto

## Estado de São Paulo

C.M.R.P.  
Res. 29/13  
Fl. 27  
Rad

conselhos da área ambiental, são presididos pelo ministro, na área federal ou pelos secretários na área do CONDEMA. Na ausência do presidente responde o secretário adjunto ou ele designa alguém. O importante é o cargo de secretário executivo para exercer efetivamente o cargo de secretário e não temos em nossos conselhos este cargo. Ou seja, fazer as convocações, fazer as atas, e etc... Pergunta ainda a vereadora, se o conselho do meio ambiente, tem uma sede, ou uma estrutura suficiente? O conselho que as reuniões são num anfiteatro que tem no bosque e quem faz as documentações é um funcionário da secretaria do meio ambiente. Os documentos estão todos à disposição da população para consultas. O funcionário que secretaria o conselho não fica só a disposição porque não tem demanda para tanto, então se aproveita um funcionário da secretaria que acumula com as demandas do conselho. Pergunta o vereador João Batista se há uma regularidade de reuniões no conselho. Diz o secretário que sim. As reuniões acontecem mensalmente, toda segunda quarta feira de cada mês, no salão de reuniões do bosque municipal. Estamos divulgando ao máximo nossos reuniões, inclusive fazendo publicações na imprensa. Temos no conselho, várias pessoas interessadas. Hoje devemos pensar no Meio Ambiente como região metropolitana. Temos várias ações que temos que fazer e que deverão ser capitaneadas por Ribeirão Preto e ditar algumas regras para a região metropolitana. O tema do meio ambiente, não é um assunto restrito, hoje é um assunto transversal. Aqui em Ribeirão temos problemas de resíduos sólidos, de tratamento de esgoto. Temos a questão de moradia porque são de interesse público. Tenho por filosofia que o meio ambiente existe não é dizer não, mas buscar maneiras de viabilizar o empreendimento e o crescimento da cidade de maneira que não fira o meio ambiente. Temos que beneficiar a cidade. Este é o papel do gestor público. Diz a vereadora que esta comissão está à disposição para que o secretário analise a lei e dê sugestões para atualizar a legislação. O secretário agradece e diz que vai analisar a lei em vigor e trazer sugestões, principalmente a composição e a forma como é feito hoje, deve ser alterado. A sociedade civil precisa ser ouvida com relação a um empreendimento que terá um impacto ambiental. Todo RARAM – Relatório de Análise e Risco Ambiental, tem que ser passado para o CONDEMA antes de ir para aprovação. O RARAM é um estudo de impacto ambiental devido a implantação de um empreendimento. Se analisa os impactos que sofrerá o sistema viário, supressão de vegetação e sua compensação, áreas verdes que serão instituídas, impermeabilização, e demais estragos e compensações que deverão ser feitas antes da aprovação de um empreendimento. Assim, a Presidente da CEE Vereadora Gláucia Berenice agradece a presença e a participação do Dr. Okano secretário do meio ambiente, por todas as informações trazidas a esta comissão. Em seguida, convida a engenheira civil da COHAB, Sandra Bento da Silva, que participa do Conselho de Moradia e representante do Presidente da Cohab, Nilson Barone, que é o Presidente da Moradia Popular. Diz a funcionária que ouviu atentamente o depoimento do Dr.



# Câmara Municipal de Ribeirão Preto

## Estado de São Paulo

C.M.P.P.  
29/17  
Fl. 38  
Rub. Raq

Okano e concorda com o que foi dito. Participo do COMUR e vejo que são sempre as mesmas pessoas que participam. É fundamental a participação da sociedade civil nos conselhos. É muito importante também que haja um rodizio de membros e um rodizio de ideias. Com relação ao Conselho de Moradia, é fundamental a participação da Associação de Engenharia, que embora tenham assento no conselho, eles não tem participado das reuniões. As construções necessitam se modernizar, com novas tecnologias. O Conselho tem também pontos positivos. O movimento livre está conseguindo aprovar um projeto dentro do ministério. A moradia tem muita relação com o meio ambiente, pois é fundamental que as moradias tenham áreas de lazer, verde, ou seja qualidade de vida. Também acho que o presidente do conselho deva ser do Poder Público, porque é ele que vai encaminhar as demandas. Diz a vereadora Gláucia que concorda que quando o presidente é do poder executivo, realmente as demandas são encaminhadas com mais facilidade, mas não necessariamente deveria ser o presidente, porque pode engessar a pauta. Poderia haver um rodizio. Pergunta a Vereadora Gláucia Berenice sobre o funcionamento do Conselho de Moradia. Diz que as reuniões acontecem na primeira 3ª feira de cada mês, das 18 às 20 horas, no Palace. Responde ainda que há participação do poder público, ou seja, nós da Cohab e representantes do meio ambiente, planejamento e Transerp. Está sendo feito um trabalho bem dirigido para ser ágil. Diz o vereador João Batista que está tendo uma discussão e uma pesquisa, que o verde pode prolongar em 20 anos a vida. Sabemos que Ribeirão Preto, não está uma cidade bonita. Os canteiros estão destruídos. Quando foi construída a zona norte, estas regiões não receberam planejamento. As pessoas saem de lá e vão fazer caminhadas em outras áreas. Dentro da área de moradia, existem muitas interrogações. Porque não há um planejamento, porque se demora tantos anos para andar a fila de espera por casa própria. Queria deixar um apelo, para que o conselho da moradia, nos ajudasse a dar mais transparência e acesso da população as decisões do conselho. Penso que o poder do governo deva ser subdividido. Penso que o executivo deva estar presente, mas o presidente não deve fazer parte do governo. Concorda a engenheira Sandra. Precisamos mudar o conceito de moradia. Não é apenas ter uma casa, mas uma casa com qualidade de vida. Diz a vereadora Gláucia que o poder público não se atentou com isso. Não temos equipamentos sociais suficientes nos bairros. Não temos creches em vários locais populosos. Os movimentos de moradia e o poder público precisam ficar atentos a qualidade de vida e o bem estar. Fico feliz em saber que a visão da Cohab contempla isso. Diz a engenheira que a intenção da COHAB é melhorar a qualidade de vida do ser humano cada vez mais. Não basta apenas ter a moradia, mas é fundamental ter bem estar. Temos que mudar a visão de que basta ter uma casa. Temos que ter qualidade de vida. Pergunta ainda a vereadora Gláucia sobre o projeto movimento livre. O movimento livre fez um projeto e fizemos o possível para aprovar isso. É um projeto




# Câmara Municipal de Ribeirão Preto

## Estado de São Paulo

C.M.R.P.
Res. 29/12
Fl. 34
Sua. Rap

não tão grande, mas foi aprovado pela CEF. Isso se deveu em parte ao movimento popular. A COHAB participa do conselho de moradia, mas também tem vários projetos com moradia de baixa renda e com o crédito associativo que é para uma população social de classe média. Assim ela faz a parte social e também construindo para outras classes sociais. Diz a vereadora que isso é importante, pois mobiliza a sociedade para participar de todos o processos, onde a pessoa se fixa na moradia. Quando a pessoa participa do processo, ela de fato valoriza mais. Diz ainda a vereadora Gláucia Berenice, que esta comissão está aberta a sugestões do conselho de moradia. O vereador João Batista diz que temos muita preocupação com nossa cidade. Temos muitas associações e movimentos que trabalham. Não podemos ficar esperando apenas o poder público. Juntos podemos melhorar a cidade. Sabemos que o Maria Casagrande tem ao lado uma grande área pública que não está sendo utilizada. Devemos discutir e aproveitar estas áreas. Há uns anos atrás, um grupo de uma universidade se uniu e plantou árvores. Hoje temos uma pequena floresta naquele local. Por fim, o vereador João Batista agradece a todos pela reunião produtiva. A presidente da CEE, vereadora Gláucia Berenice também agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a reunião. A íntegra dessa reunião foi gravada em mídia áudio visual e encontra-se anexada a presente ata, dela fazendo parte integrante. E nada mais havendo a ser tratado, eu funcionaria designada para este ato, Emir Aparecida Martins Paulino Emil Paulino lavrei a presente ata que depois de lida e aprovada vai assinada pela Presidente da CEE,

  
GLAUCIA BERENICE  
Vereadora Presidente da CEE